

A RECIIS encerra o ano de 2009 com a publicação de um conjunto de textos que, uma vez mais, testemunham a riqueza temática e a abrangência e complexidade da agenda de pesquisa no campo da Ciência, Tecnologia & Inovação em Saúde o que, por seu turno, propicia a abertura de espaços para leituras interdisciplinares de informação e comunicação (I&C).

Em *International product development partnerships: innovation for better health?* Hanlin discute a iniciativa International Aids Vaccine Initiative, no Kenya, sob a perspectiva das “parcerias para desenvolvimento de produtos” (PDPs, em inglês), mais especificamente, para nos ensaios clínicos para o desenvolvimento de vacinas. Concebido como um processo de interação múltiplo e complexo, a autora clama por uma visão holística e inclusiva da inovação em saúde, uma perspectiva sistêmica que acolha as visões e orientações políticas de todos os atores envolvidos, em âmbito nacional e internacional, bem como as relações de poder que são tecidas nessas parcerias e colaborações. Discute o papel central das trocas de conhecimento entre aqueles envolvidos nas atividades de inovação e nas atividades do cuidado em saúde, e sugere que as PDPs devem ser orientadas para além do foco na capacidade de desenvolver um novo produto.

É também na perspectiva de fomentar a colaboração entre pesquisadores no âmbito do desenvolvimento de ensaios clínicos que Capretz et al. apresentam a WebInVivo no artigo *Web technologies in a collaborative platform for clinical trials*. Trata-se do desenvolvimento de uma plataforma on line que inclui os recursos interativos da web 2.0 para o gerenciamento, compartilhamento e reuso de protocolos de pesquisa, o que, entre outras vantagens, implica em redução de tempo e

custo e maior eficiência operacional na produção de novas drogas. Os autores sublinham os desafios presentes na concepção e operação de arquiteturas flexíveis que atendam as especificidades dos diferentes usuários.

Chazan e Marques em *Pra mim ... são as montanhas rochosas... consumo, espetáculo e muito mais no ultrassom obstétrico no Rio de Janeiro da virada do século* discutem, à luz da Teoria Ator-Rede, o processo que leva à “estabilização” das tecnologias na sociedade, fruto da estabilização de uma rede heterogênea de atores, humanos e não-humanos, e seus respectivos discursos, o que acaba por fundar o contexto de onde emerge o “conhecimento confiável”. A partir da etnografia de gestantes em clínicas privadas de imagem, os autores destacam dez elementos – aparelhagem, didatismo, tranqüilidade, oráculo, afetos, prestígio, mercado, mídia, patologia, purificação – que imbricados com ultra-som, médicos, fetos, gestantes e inseridos em um conjunto de práticas configurariam “proposições candidatas a entidades de uma ontologia empírica da tecnologia de ultra-som obstétrico no Rio de Janeiro na virada do século”.

Uma outra perspectiva de “conhecimento confiável” é o que provavelmente está em questão quando Skill discute a perspectiva individualizada de responsabilidade ambiental em *Individualized Environmental Responsibility and Complexity in Sweden*. Para este autor, a percepção sobre os riscos ambientais está intimamente relacionado com o conceito de confiança. Em sua pesquisa com chefes de domicílio, Skill aponta que a preocupação com “o outro” é o principal motivo para as ações pro-ambientalistas, mas que há uma dificuldade em avaliar quais seriam as melhores ações. O argumento é que a complexidade do tema, aliado a

um amplo leque de opções e racionalidades, limita o empoderamento e a ação individual competente. Entra em cena então o papel dos tomadores de decisão, o que apontaria para a maior pertinência da concepção de uma “sociedade da confiança”, em contraponto à “sociedade de risco”. A alternativa parece estar em estratégias de comunicação que lidem com a complexidade do tema, orientando as pessoas acerca de opções amigáveis ao meio ambiente no contexto das atividades diárias no domicílio, e em uma ação do Estado que informe e crie sistemas de gerenciamento dos problemas ambientais.

Esse papel do Estado na concepção e implementação de estratégias de comunicação está em estreita conexão com o campo da educação em saúde, tema discutido por Nogueira et al. no artigo *Materiais educativos impressos sobre saúde sexual e reprodutiva utilizados na atenção básica em Belo Horizonte, MG: caracterização e algumas considerações*. As autoras fazem uma análise inicial de materiais educativos impressos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), na cidade de Belo Horizonte, e constataam que prevalece a generalização do público alvo, associada a uma lógica do modelo linear de comunicação, e a ancoragem das práticas discursivas na dimensão reprodutiva do corpo, em detrimento da dimensão mais ampla da sexualidade. Enfatizam a importância dos estudos de recepção para que a produção de material educativo esteja associada ao contexto existencial dos jovens, o que pode propiciar ações de promoção de saúde mais efetivas e eficazes.

Ainda pouco problematizado no âmbito dos estudos de inovação, o espaço de regulação da pesquisa é tema do texto de Pereira et al., *O papel da Comissão Interna de Biossegurança: a experiência do Instituto Oswaldo Cruz*. Ao apresentar a experiência da criação e a reestruturação da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Oswaldo Cruz (CIBio/IOC) e do processo de gestão de biossegurança, as autoras discutem a abordagem de Rede de Compromisso. Papel de destaque é creditado a uma instância coletiva de pactuação, a Coordenação de Informação, Comunicação e Informática (ICI), que é responsável por toda a comunicação interna da instituição, e que tem impacto direto sobre a cultura organizacional,

enquanto estimula um processo contínuo de capacitação profissional.

A questão das patentes no campo da saúde, especialmente após a harmonização internacional da proteção de patentes a partir da Declaração de Doha, é discutido por Fiani et al. em *O debate econômico internacional da propriedade intelectual: aspectos relevantes para a saúde brasileira*. O argumento é que o debate tem sido não só pouco cuidadoso quando se trata de avaliar as perdas de monopólio das patentes, mas principalmente que não tem levado em conta o custo que a proteção da propriedade intelectual gera para os programas públicos com forte impacto no bem-estar social, como é o caso da saúde. Os autores alertam, por conseguinte que, onde há divergência de interpretação, há espaço de negociação, e conclamam para que o país assim o faça.

Um levantamento das orientações terapêuticas de um serviço público municipal de saúde mental é o objeto central do artigo de Dalmolin et al. A partir dos dados coletados dos prontuários de 1.456 pacientes em uma unidade do serviço na cidade de Santa Maria/RS, os autores observaram que somente 13% desses pacientes recebera um tratamento que combinava o tratamento psicofarmacológico com psicoterapia. O caráter biologista e centrado na prescrição medicamentosa, o excesso de demanda, a carência de profissionais, a percepção sobre a causa da doença, a expectativa de prescrição e seleção dos casos mais graves são listados como possíveis explicações para o predomínio do tratamento psicofarmacológico. A persistência dessa abordagem característica dos hospitais psiquiátricos nas unidades ambulatoriais públicas leva a um prolongamento do tratamento, à sobrecarga dos serviços e que implica em custos psicossociais e financeiros ao paciente e ao sistema de saúde.

Na seção de resenhas, o papel crescente da expertise nas decisões políticas e suas implicações para a democracia, a revisão da noção de dispositivo aplicada à documentação, o debate acerca de uma perspectiva não-reducionista da ciência e os rumos e o alcance do processo de construção da seguridade social no Brasil são os temas dos livros apresentados nesse número. A experiência da doença mental é o objeto de reflexão das resenhas de filmes dessa edição.

